

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma presencial a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor PAULO CÉSAR MONTAGNER, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Arnaldo César da Silva Walter, Célio Hiratuka, Cláudio Francisco Tormena, Christiane Neme Campos, Everardo Magalhães Carneiro, Matheus da Silva Marchetti Martins e Odilon José Roble. Como convidados, os professores Ana Amélia Bergamini Machado (IFGW), Renato da Rocha Lopes (Inova), Ricardo Dahab (Detic) e a senhora Lina Amaral Nakata (DGA). Justificaram ausência à Sessão os seguintes membros: Rodolfo Jardim de Azevedo, sendo substituído por Everardo Magalhães Carneiro; e Verónica Andrea González-López, sendo substituída por Christiane Neme Campos. Havendo número legal, o SENHOR PRESIDENTE dá início à 179ª Sessão, submetendo à apreciação a Ata da Sessão 178ª, realizada em 21 de agosto de 2025. Consulta se há alguma observação. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 04 votos favoráveis e 02 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 03 itens, solicitando ao senhor Thiago que faça um resumo deles. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o item 01 – Nº 01-P-6234/1989 – trata do reajuste nos valores das taxas sobre serviços administrativos extraordinários prestados pela Universidade, com base no índice de inflação IPC-Fipe acumulado em 12 meses (setembro de 2024 a agosto de 2025), que corresponde a 4,92%. Fazem anualmente isso, porque, por deliberação CAD, essas novas taxas passam a valer a partir de outubro. Aplicam a correção da inflação, neste ano 4,92%, sobre as taxas administrativas. Em alguns itens específicos, como revalidação de diplomas estrangeiros, antes de fazer o reajuste, analisam como estão os valores nas outras universidades, principalmente USP e Unesp, para se balizarem. Verificaram que este ano os valores da Unicamp estão um pouco acima do delas, por isso não estão aplicando reajuste nesses itens, nem nos itens de inscrição para processo seletivo público temporário, porque é um item que passou no Consu agora em junho, então os valores são recentes. No restante dos itens, aplicam o reajuste segundo a inflação. Em um ou dois itens específicos de menor valor, aplicaram um reajuste que seria até maior que a inflação, mas esses são itens que raramente sofrem alteração de valores, então aplicaram cerca de 10%, principalmente nas impressões. O item 02 – Nº 01-P-14198/2020 – é a solicitação de inclusão temporária das áreas de 77.300m² no campo experimental não edificado e 141m² das áreas edificadas de laboratórios do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas – CPQBA ao Parque Científico e Tecnológico da Unicamp, pelo prazo inicial de cinco anos, prorrogáveis mediante interesse de ambos. O item 03 – Nº 01-P-38157/2025 – trata da solicitação de recursos do PPI, no montante de R\$15 milhões, a serem aportados ao projeto de constituição do Centro de Análise de Dados Dune, da parceria Unicamp-Fermilab, com apoio da Fapesp, a título de contrapartida da Unicamp. A Professora CHRISTIANE NEME CAMPOS pergunta, no item 19 da tabela das taxas, sobre o reajuste, que parece pouco, porque

1 vai de R\$1 para R\$1,50, mas que representa 50%. Pergunta quem usa esse tipo de serviço, se
2 são principalmente estudantes. Também não entendeu o número 4 que está entre parênteses
3 nesse item 19 e observa que o item 24 teve reajuste zero. O senhor THIAGO BALDINI DA
4 SILVA responde que no item 24 não alteram o valor porque aplicar os 5% da inflação geraria
5 valores muito quebrados, o que acaba dificultando até o controle das pessoas que recebem. O
6 número 4 refere-se a uma nota de rodapé que explica que a última atualização do valor ocorreu
7 em outubro de 2017; a variação do IPC-Fipe desse período está dando 49,58%, então é o que
8 trazem, os 50%. Sobre a utilização, acha que são alunos e qualquer pessoa que peça uma cópia,
9 principalmente de processos, mas não tem esse detalhamento. Não havendo mais observações,
10 o SENHOR PRESIDENTE submete à votação o item 01, que é aprovado por unanimidade.
11 Passa à discussão do item 02. A Professora CHRISTIANE NEME CAMPOS pergunta por que
12 é necessário anexar formalmente, ainda que temporariamente. Não está claro para ela por que
13 o CPQBA quer ceder para a Inova esse terreno, se não poderia simplesmente haver uma parceria
14 sem que houvesse uma cessão formal. Pergunta também em que contexto surgiu o edital de
15 pesquisa rural da Inova, de 2023. Sabe que tudo faz parte da Unicamp, mas gostaria de entender
16 o que significa, juridicamente, mudar esse terreno do CPQBA para o Parque Tecnológico.
17 Politicamente há várias questões envolvidas, e também queria ouvir um pouco do professor
18 Renato sobre a questão política e sobre a questão da ociosidade citada na documentação. O
19 Parque Tecnológico possui uma área enorme, então pergunta por que precisou ser a área do
20 CPQBA, se não poderia ser, por exemplo, a área da Fazenda Argentina. Decidiu-se pela cessão
21 temporária, por cinco anos, mas não está claro se, depois dos cinco anos, a renovação volta para
22 ser aprovada na COP ou não. O Professor RENATO DA ROCHA LOPES diz que o CPQBA
23 procurou a Inova, porque ele estava recebendo muita demanda de empresas que queriam fazer
24 uso do seu campo experimental. O centro possui uma estrutura de campo experimental
25 adequada para fazer experimentos agrícolas, assim como uma estrutura de laboratório próxima.
26 O edital foi desenvolvido a quatro mãos, entre o CPQBA e a Inova, com muita participação da
27 PG, com o intuito de responder a esses chamados que o CPQBA estava recebendo de empresas
28 que queriam fazer uso do campo. O Parque regulamenta, de uma forma muito clara, perante a
29 Unicamp, perante os órgãos, esse compartilhamento de espaço por uma empresa externa. Se as
30 empresas querem fazer pesquisa em agro, há o campo experimental do CPQBA. A resolução
31 de criação do parque prevê que as cessões sejam temporárias, mas não sabe se a renovação é
32 automática. No contrato está muito bem estabelecido quais são as responsabilidades e com
33 quanto cada um vai ficar dos recursos. A manutenção do campo, por exemplo, é
34 responsabilidade do CPQBA, e a Inova vai lidar com os contratos. O SENHOR PRESIDENTE
35 diz que a Deliberação Consu-A-034/2020, que estabelece a delimitação da área física do Parque
36 Científico e Tecnológico da Unicamp, define que o uso por unidades, centros ou núcleos será
37 temporário. A cada cinco anos é necessário fazer uma revisão, uma avaliação. O parque tem
38 *expertise* não só tecnológica, mas também tem um arcabouço jurídico para evitar qualquer tipo
39 de transtorno ao levar uma empresa para lá. Fica claro que é um grande ganho, porque muitas
40 empresas dessa área, já há muitos anos, têm interesse em se estabelecer lá, e estão criando

condições para isso. O Professor RENATO DA ROCHA LOPES esclarece que a renovação passa novamente pelas comissões. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação o item 02, que é aprovado por unanimidade. Passa à discussão do item 03. A Professora CHRISTIANE NEME CAMPOS pergunta como está o andamento desta solicitação na Fapesp. Gostaria de entender um pouco o histórico de apoio financeiro da Fapesp, Finep e Unicamp, para ter um pouco mais clara a justificativa. O projeto é extremamente importante, ele está em um contexto de um projeto em andamento, o que o colocaria em uma situação de aprovar já essa complementaridade. Está sendo solicitado que utilizem um dos três “esqueletos” que estão naquela região, que são construções que possuem questões políticas envolvidas. Há uma contrapartida que esse recurso vai permitir, inclusive o fechamento de um desses “esqueletos”, e acha que é preciso regulamentar a utilização dos demais, em razão da disputa que há em torno daquele espaço. O Professor ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER diz que entendeu pelo texto que há uma sugestão de utilização dos recursos PPI, mas pela fala do senhor Thiago está entendendo que isso é uma decisão. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a Aeplan sugere a utilização do PPI, como ela vem fazendo em outros casos de contrapartidas. Mas é uma decisão da COP utilizar recursos do orçamento e aumentar o déficit anual. O Professor ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER sugere que no encaminhamento separem as coisas ou deixem claro que há uma decisão para utilizar o recurso PPI. Sobre a previsão de utilização dos recursos da contrapartida, pergunta o que acontece se não for utilizado tudo o que está previsto, se o recurso vai ser aportado para uma outra despesa. Observa que há um item com previsão de R\$2 milhões para alojamento de pesquisadores; achou até que seria construída uma instalação, mas na leitura do texto entendeu que o que a Universidade vai fazer, de alguma forma, é pagar hospedagem das pessoas que virem à Universidade. Solicita que seja esclarecido esse ponto. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que, pelo que está entendendo, haveria dois *data centers* dentro da Universidade. O *data center* cujos recursos a COP já havia aprovado em outra reunião, conforme solicitação da Detic para atender à contrapartida da Finep, de R\$15 milhões para cada, e agora este novo *data center* do Dune, em que estariam colocando também R\$15 milhões, sendo R\$5 milhões para a infraestrutura necessária, mais o gasto com o prédio, e o gasto com hospedagens. Se vão ocupar um prédio, não viu previsão de contratação de pessoal, ou mesmo de estipular um órgão novo. A Professora ANA AMÉLIA BERGAMINI MACHADO diz, respondendo à professora Christiane, a respeito de qual é a situação do projeto, que em março deste ano a Fapesp aprovou a proposta, no valor de R\$30 milhões. Faz parte de um novo *range* de projetos que a Fapesp está chamando de Centro Internacional de Pesquisa, um projeto que não é do pesquisador, mas da Instituição. Ele é um projeto internacional, entre Unicamp e Fermilab, e até onde sabe, existe apenas um projeto desse tipo que já foi aprovado, que é da USP com o CNRS da França. A Fapesp deseja uma contrapartida da Unicamp e também do Fermilab, que vai pagar um pesquisador para ficar cinco anos na Unicamp, dando suporte e trabalhando com os pesquisadores aqui. Da Universidade, é requerida infraestrutura. Há pelo menos 15 projetos que a Fapesp financiou desde 2014, no

1 Dune, para professores da Unicamp, entre temáticos, jovens pesquisadores, *sprints*, reuniões
2 científicas, escolas de estudos avançados, um *grant* especial do professor Pascoal Pagliuso, que
3 é aquele *grant* em cooperação com a Finep, a Fapesp entrando com 20 milhões de dólares e a
4 Finep com mais 20 milhões. Além de outros projetos e bolsas de estudantes. Sobre a questão
5 do *data center*, a parte de *storage* de dados e redistribuição ficaria a cargo do pessoal do *data*
6 *center* da Unicamp. O Professor RICARDO DAHAB esclarece que esse centro de análise de
7 dados terá dois componentes, um lugar para pessoas e um lugar para computadores, para
8 infraestrutura de análise de dados, que vai ser pesada, porque precisa de supercomputadores,
9 precisa de muito armazenamento. Para as pessoas vai ter um espaço para que haja atividades de
10 pesquisa, de extensão, de capacitação de alunos para essa área, trânsito de pós-doutorandos, de
11 professores, ou seja, um *hub* de atividades de Física de altas energias. O *data center* mencionado
12 nesta proposta é mais conceitual; os computadores no momento vão ficar nos *data centers* da
13 Unicamp, que é o *data center* que tem a nuvem da Unicamp e os computadores do Cenapad.
14 Quando a Unicamp construir o seu *data center* físico, esses computadores vão para lá, ou seja,
15 não se contempla construir um outro *data center* só para o projeto. Sobre o uso dos LIPs, vai
16 depender basicamente da aprovação da Copei, mas o entendimento é que os LIPs foram
17 construídos para este fim. Ou seja, a Universidade ia prover prédios fechados, fechar aqueles
18 “esqueletos” com piso, estrutura de sanitários, tudo pronto para abrigar projetos que se
19 interessem em utilizar um dos pisos, ou uma das alas do prédio. O recurso que está sendo
20 pleiteado vai em parte para o Centro de Análise de Dados, mas também vai ser usado para
21 fechar completamente um dos prédios, preparar o andar térreo com auditórios e o Centro de
22 Análise de Dados vai usar o primeiro andar. Os outros a Unicamp vai poder incorporar e usar
23 como quiser. Portanto, os R\$15 milhões não são para uso exclusivo do centro, parte desse
24 dinheiro é para uso da Unicamp. A Professora ANA AMÉLIA BERGAMINI MACHADO
25 acrescenta que estão implícitas neste projeto novas bolsas de jovens pesquisadores e temáticos,
26 e a ideia é que, nessa interconexão com o pessoal da América Latina que vai frequentar aqui a
27 Universidade, esses pesquisadores possam trazer recursos dessa forma para cá. Portanto, esses
28 R\$15 milhões são o pontapé inicial; o restante cabe aos pesquisadores trazer de outra forma.
29 Informa que o Dune tem atualmente 1.760 colaboradores em 39 países; na América Latina, são
30 85 professores, em 30 instituições de pesquisa, de um total de 249 instituições no mundo. A
31 ideia é fazer na Unicamp esse *hub* com pesquisadores próximos. A Professora CHRISTIANE
32 NEME CAMPOS diz que o projeto tem uma inegável importância científica e estratégica para
33 a Unicamp. Ele está em desenvolvimento há bastante tempo e entende a urgência da
34 contrapartida da Unicamp, por conta do andamento na Fapesp. Gosta da ideia do uso do LIPs,
35 é uma oportunidade interessante de começar a fazer uso desses “esqueletos”, mas acha
36 importante haver uma regulamentação. Ao final desse projeto, vão ter um andar inteiro para
37 começar a fazer uso, que vai estar fechado, então seria bom já sinalizar nessa direção. Com
38 relação ao orçamento, pelo que entendeu do Informe Aeplan, o encaminhamento é que votarão
39 a utilização de recursos do PPI, que vai ainda ter um saldo de R\$88 milhões após esse uso, e
40 não vai impactar a previsão de déficit. O Professor ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER

1 diz que evidentemente não é contrário à participação da Unicamp no projeto Dune; entende que
2 a Universidade assumiu o compromisso e deve honrá-lo, e entende também a questão
3 estratégica, a importância do ponto de vista científico e tecnológico. Mas acha que precisam
4 esclarecer alguns pontos. O uso da palavra “saldo” ao se referir ao PPI dá a impressão de que
5 existe um dinheiro em caixa que pode ser utilizado, e diz isso como diretor de uma unidade que
6 não terá algumas obras atendidas, porque o montante disponível no PPI é bastante inferior à
7 carteira de projetos aprovados. Sugere que deixem claro no texto que estão aprovando no
8 máximo R\$15 milhões. Sobre a questão da hospedagem, acha que precisaria ser definida por
9 quanto tempo. A Professora ANA AMÉLIA BERGAMINI MACHADO responde que o
10 período de hospedagem é de cinco anos. O Professor CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA
11 diz que tem dúvida sobre a legalidade da utilização dos recursos PPI para essa questão de
12 hospedagem, viagens, transporte e coisas do gênero. Também entende, como diretor de
13 unidade, que existem várias prioridades na Universidade. O projeto é extremamente relevante,
14 não estão discutindo aqui o mérito, mas entende que precisam, nessas parcerias, definir um teto.
15 Sabem como as coisas acontecem quando fazem pesquisa, sempre precisam de mais recursos
16 porque estão sempre encontrando algo novo que precisam explorar, e tem que ser assim.
17 Entretanto, do ponto de vista orçamentário da Universidade, precisam colocar um teto até para
18 terem a possibilidade de usar parte dos recursos que não têm rubrica em outras necessidades da
19 Unicamp. A Professora ANA AMÉLIA BERGAMINI MACHADO esclarece, sobre a parte da
20 hospedagem, que na reunião da Fapesp foi dito que obrigatoriamente deve vir uma ou duas
21 pessoas do Fermilab para a Universidade. O Fermilab muito dificilmente vai liberar um *staff*
22 para ficar os cinco anos aqui, então sugeriram que alguém viesse, ficasse um ano, depois
23 trocasse. A Fapesp concordou com esse procedimento, a questão é a dificuldade em encontrar
24 casas, e é essa a dificuldade que estão tentando tirar do pesquisador. O que a Fapesp exige da
25 Unicamp é que durante os cinco anos tenha alguém do Fermilab aqui, uma ou duas pessoas. O
26 Professor EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO diz que a questão colocada pelo professor
27 Cláudio é sobre a utilização de um recurso PPI para pagar estadia de pessoas, se isso pode ser
28 feito. Lembra que há a figura do professor visitante, que pode vir por um mês, por um ano, por
29 seis meses. O docente pode entrar em contato com o pesquisador de lá, acertar com ele a vinda
30 para Campinas, para ficar um ano aqui, tudo pago, e ele não precisa ficar em hotel, pois o
31 recurso é suficiente para alugar uma casa. Já trouxe professor visitante no seu laboratório, ele
32 recebe uma bolsa significativa, então não entendeu porque neste caso precisa ser empregado
33 recurso orçamentário para custear esse tipo de coisa. A Professora ANA AMÉLIA
34 BERGAMINI MACHADO observa que a bolsa de professor visitante é algo que está
35 relacionado com a vontade do pesquisador. Se fosse o caso aqui, a Fapesp estaria financiando
36 um CIP e um *visiting professor* para o mesmo projeto. O que a Fapesp pede de contrapartida
37 do Fermilab é que ele pague o visitante, então quem vai pagar o salário do visitante é o Fermilab.
38 O SENHOR PRESIDENTE diz que há uma alternativa. Acha que devem discutir
39 essencialmente o conceito aqui, que é a presença da Unicamp em um projeto dessa envergadura.
40 Há muitos projetos importantes acontecendo na Universidade, como os Cepids, e é um desafio

grande porque ela não se preparou para isso, e terá que ser criada alguma coisa nesse nível. O Dune é um projeto que coloca a Unicamp no topo da Física mundial, isso é indiscutível; propõe a criação no orçamento de um programa de bolsas de apoio à permanência dos pesquisadores. Dessa forma, não usam o PPI para financiar a permanência desses pesquisadores. O Professor CÉLIO HIRATUKA diz que o projeto é completamente meritório, e precisam pensar porque há vários projetos importantes de impacto potencial muito elevado, em que a Unicamp tem que aportar recursos como contrapartida, e isso vai comprimindo a outra parte do PPI, que é o gargalo das unidades do ponto de vista de infraestrutura. Precisa haver um equilíbrio. O SENHOR PRESIDENTE diz que o desafio é crescer. O conceito do PPI é de um recurso reservado para fazer planejamentos institucionais, e esse é um planejamento de pesquisa. Acha que convém criar alguma rubrica no orçamento, definir um teto para o ano, deixando bem claro o que possuem, para não criar essa sensação de que estão tirando R\$15 milhões de uma outra obra que poderia acontecer. O Professor RICARDO DAHAB lembra que o recurso solicitado vai, em parte, para o uso comum da Unicamp. Há um andar inteiro de espaço já pronto para receber um ou dois laboratórios, quatro auditórios e uma sala multiuso embaixo, que é um artigo de luxo na Universidade, auditórios de 200 pessoas, conversíveis em 100, 50, portanto existe também um dinheiro que retorna para a Unicamp imediatamente. Há um investimento para a Universidade em infraestrutura necessária no que se refere a espaço para projetos e espaço de auditórios para apresentações, congressos etc. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que o projeto é mais do que meritório. Pergunta como vai ser administrado o espaço que vai ser comum à Universidade, e se já existe previsão de alguém ocupar o andar de cima. O SENHOR PRESIDENTE responde que não há previsão ainda. A professora Christiane tem razão quando diz que não há nenhum registro de quem são os “esqueletos” dos LIPs. O que a Unicamp tem de concreto é um projeto em escala mundial que está batendo à sua porta, e o Ministério Público cobra toda semana a Reitoria o que ela vai fazer com os “esqueletos”. Um desses “esqueletos” vai se transformar em um grande laboratório, que será temporariamente para o Fermilab, mas é um patrimônio da Universidade. Há mais um andar para discutirem, podem levar isso para algum comitê interno, mas observa que o prédio será fechado por inteiro. O Professor CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA diz que é favorável aos R\$15 milhões e que o ideal seria a reforma dos três prédios, mas já ter um reformado, independentemente de qual vai ser a utilização, já é maravilhoso para a Universidade. É triste ver a situação desses “esqueletos”, porque foi um recurso aportado que não trouxe retorno. Devem fazer a melhoria da infraestrutura o quanto antes, para não chegarem a um ponto de ter que demolir o que tem lá para poder fazer de novo, porque vai chegar um momento que a estrutura vai se deteriorar. Não sabe se criar um programa orçamentário para isso é melhor ou um programa Faepex, que permitiria tratar de forma muito mais ágil a vinda dos pesquisadores. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que entende o incômodo dos diretores, mas os únicos recursos que estavam disponíveis eram os do PPI. Podem alocar R\$13 milhões do PPI, para os investimentos de fato, e os R\$2 milhões relativos à hospedagem dos pesquisadores colocam na proposta orçamentária de 2026. Sobre o comentário de especificar no texto “no máximo R\$15 milhões”,

1 lembra que todos os investimentos aprovados utilizaram os valores até o limite, e quando
2 precisaram de algum recurso a mais, no caso das obras devido ao reajuste do passar do tempo,
3 trouxeram de volta isso à COP. Então, garante que R\$15 milhões quer dizer no máximo R\$15
4 milhões mesmo; qualquer valor que precisar a mais vai ter que voltar para a COP. A sugestão
5 de encaminhamento da votação é aprovação dos R\$15 milhões, sendo R\$13 milhões de PPI e
6 R\$2 milhões de recursos de custeio para serem utilizados nas hospedagens. Não havendo mais
7 observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, seguindo o
8 encaminhamento feito pelo senhor Thiago, que é aprovada por unanimidade. Nada mais
9 havendo a tratar na Ordem do Dia, passa a palavra aos membros que desejarem se manifestar
10 no Expediente. O Professor CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA diz que algo que gostaria
11 que fosse trazido para uma próxima COP é a questão de investimento na parte de infraestrutura
12 dos prédios. Há alguns prédios hoje ainda com telhados de amianto, o que é, no mínimo,
13 preocupante e destoa das discussões que são feitas na Unicamp sobre sustentabilidade e meio
14 ambiente. Não sabe como está a proposta que a Prefeitura do *Campus* estava encabeçando sobre
15 a troca de telhados em prédios, mas é importante que a Unicamp dê exemplo nessa parte
16 ambiental. O SENHOR PRESIDENTE diz que fizeram a troca nos “pinotinhos” que tinham
17 telhados de tamanho padrão; alguns não entraram porque tinham dimensões diferentes, havia
18 um estudo sendo feito, que vão checar em que fase está e comunicar à COP. O senhor THIAGO
19 BALDINI DA SILVA diz que a segunda fase do estudo são os “pinotinhos” que não são
20 desenho padrão; esse estudo já foi feito pela Prefeitura e deve ser encaminhado em breve para
21 solicitar recursos para serem executados. O Professor ODILON JOSÉ ROBLE diz que vai
22 trazer uma satisfação aos colegas da COP a respeito da reforma das quadras externas da FEF,
23 que são de grande visibilidade, e há algum tempo, na própria COP, havia anunciado a suspensão
24 da obra, porque a empresa tinha feito um trabalho aquém do que esperavam. O piso estava
25 esfarelado e estavam partindo para a rescisão do contrato, para tentar chamar o segundo
26 classificado na licitação. Porém, tentou fazer um último esforço, de encontrar o proprietário da
27 empresa, fazer uma conversa com ele, e felizmente ele concordou em rever as quadras e retomar
28 a obra. Retomou, entregou uma primeira quadra a título de observação, e pode garantir que ela
29 está bem feita agora, portanto as obras voltaram aos trilhos e serão concluídas com essa
30 empresa, se tudo der certo, até janeiro ou fevereiro. Serão reformadas três quadras de
31 basquetebol, três quadras de futebol, três quadras de voleibol, três quadras de tênis e a reforma
32 do ginásio interno. Publicamente agradece à DGA pelo apoio, na figura da senhora Lina, que
33 durante todo esse processo sempre o orientou. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques
34 da Costa, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da
35 Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 25 de setembro
36 de 2025.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 180ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 30 de outubro de 2025, sem alterações.